



CURSO DE REDAÇÃO - SUZANALUZ



NOME: Natália Boratto Gramigino

PROPOSTA Nº 8 - Incentivo à energia renovável no Brasil e seus reflexos na economia.

1 O documentário "Catching the Sun" retrata o crescimento da indústria de energia solar e desmascara o falso dilema de que a produção energética de forma limpa exige o sacrifício da prosperidade econômica. Nessa perspectiva, vale salientar que a falta de políticas públicas eficientes e o alto custo de instalações dessas alternativas regeneráveis impossibilitam que a economia brasileira seja impulsionada de maneira positiva e significativa, haja vista que esses entraves desestimulam o uso sustentável dos recursos naturais. Assim, é imprescindível a mobilização do poder estatal e da sociedade civil frente ao incentivo à energia renovável no Brasil para promover o progresso nacional. (1)

2 Nesse contexto, cabe destacar que a ausência de políticas públicas para a geração de eletricidade a partir de fontes naturais dificulta o crescimento econômico e sustentável do país, uma vez que a sociedade não é incentivada a buscar alternativas renováveis para a produção de energia. Tal problema pode ser visto no Apatôni de 2001, em que os brasileiros enfrentaram uma crise energética, devido à falta de chuva, à ausência de planejamento e de investimentos no setor energético, fato que evidenciou a negligência estatal para com esse impasse social. Logo, nota-se a necessidade da atuação do Estado para garantir o acesso à energia regenerável para todas as cidades. (2)

3 Além dessa questão, vale ressaltar que as taxas impostas à instalação das energias renováveis inviabiliza o desenvolvimento de uma economia sustentável, visto que a população fica acommodada às alternativas já utilizadas, por serem mais acessíveis financeiramente. Nesse sentido, o somenamento da lei nº 14.300, em 6 de janeiro de 2022, que exige o pagamento de uma taxa para a instalação de sistemas fotovoltaicos, indica uma ação governamental que restringe o acesso a essas fontes energéticas. Com isso, observa-se a ausência de ações estatais eficientes que incentivem a produção de eletricidade de forma limpa.

4 Portanto, urge a tomada de medidas que revertam esse cenário negativo. Diante disso, cabe ao Ministério de Minas e Energia, responsável pela gestão sustentável dos recursos energéticos e minerais, estimular a população a adotar fontes de energia limpas, por meio da criação de um projeto de lei que elimine a taxa sobre a instalação de sistemas fotovoltaicos, a fim de torná-las acessíveis financeiramente. Ademais, a Caixa Econômica Federal, responsável a qual promove o desenvolvimento urbano, deve ampliar o programa de incentivo à produção de eletricidade a partir de recursos regeneráveis, mediante ^{maior} abertura de crédito. Com isso, espera-se que o efeito social seja ^{transformar} o Brasil independentemente energeticamente e promover o progresso econômico nacional.

50

Sensa *acional!*

